



Conselho Fiscal

Parecer do Conselho Fiscal relativo ao Orçamento de investimentos e desinvestimentos e Exploração Previsional para 2025

1 - Enquadramento

O presente Parecer é emitido em cumprimento com o preceituado na alínea b) do número 1 do artigo 14º do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social¹, que consta Decreto - Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, republicado no Decreto Lei 172-A/2014, de 14 de novembro, com vista à apreciação do Orçamento de investimentos e desinvestimentos e Exploração Previsional para 2025 da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vagos pela Assembleia Geral da instituição, a realizar no dia 29 de novembro de 2024.

2 - Âmbito

O Conselho Fiscal analisou o Orçamento de investimentos e desinvestimentos e o mapa de Exploração Previsional para 2025, tal como lhe foram apresentadas pela Mesa Administrativa.

3 - Metodologia

O Conselho Fiscal recebeu o Orçamento de investimentos e desinvestimentos e o mapa de Exploração Previsional para 2025 aprovados pela Mesa Administrativa, sem qualquer nota explicativa adicional justificativa dos pressupostos base dos documentos em análise. Foi solicitado, e enviado, o Balancete Analítico da Instituição que serviu de base para a orçamentação.

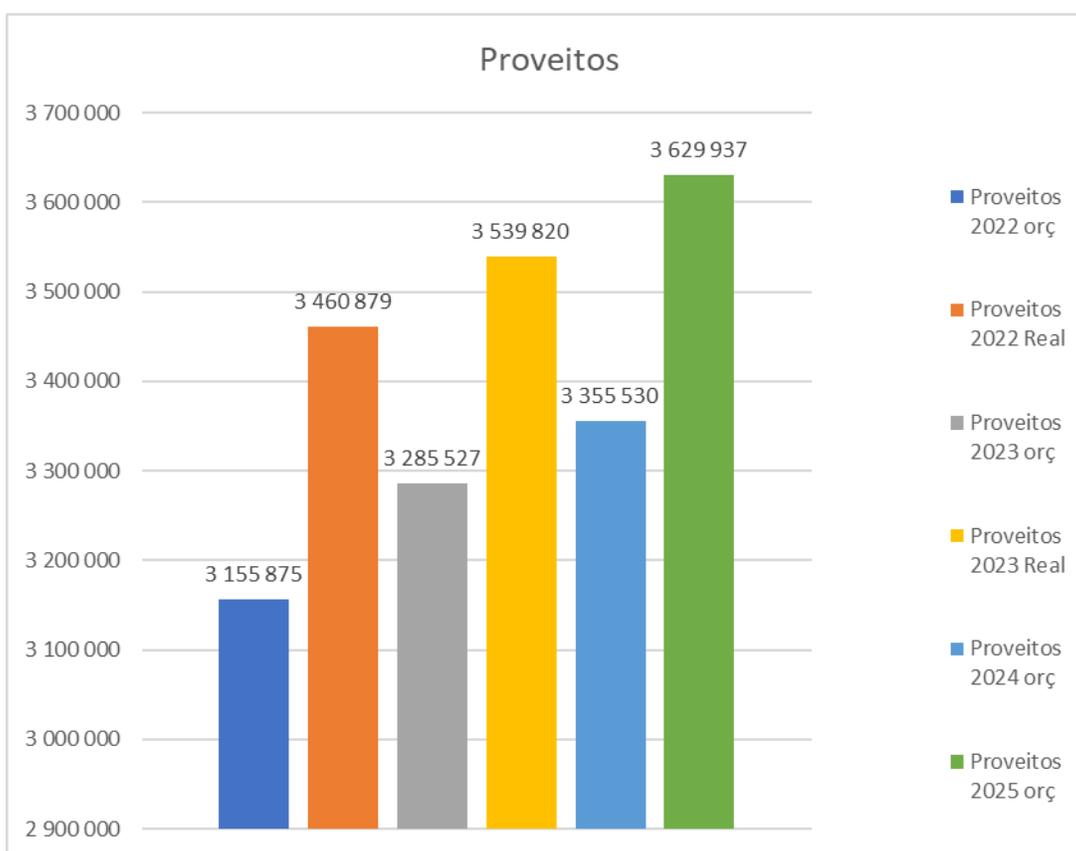
¹ Compete ao órgão de fiscalização o controlo e fiscalização da instituição, nomeadamente “b) Dar parecer sobre o relatório e contas do exercício, bem como sobre o programa de ação e orçamento para o ano seguinte”

4 - Apreciação dos documentos

4.1 – Conta de Exploração Previsional

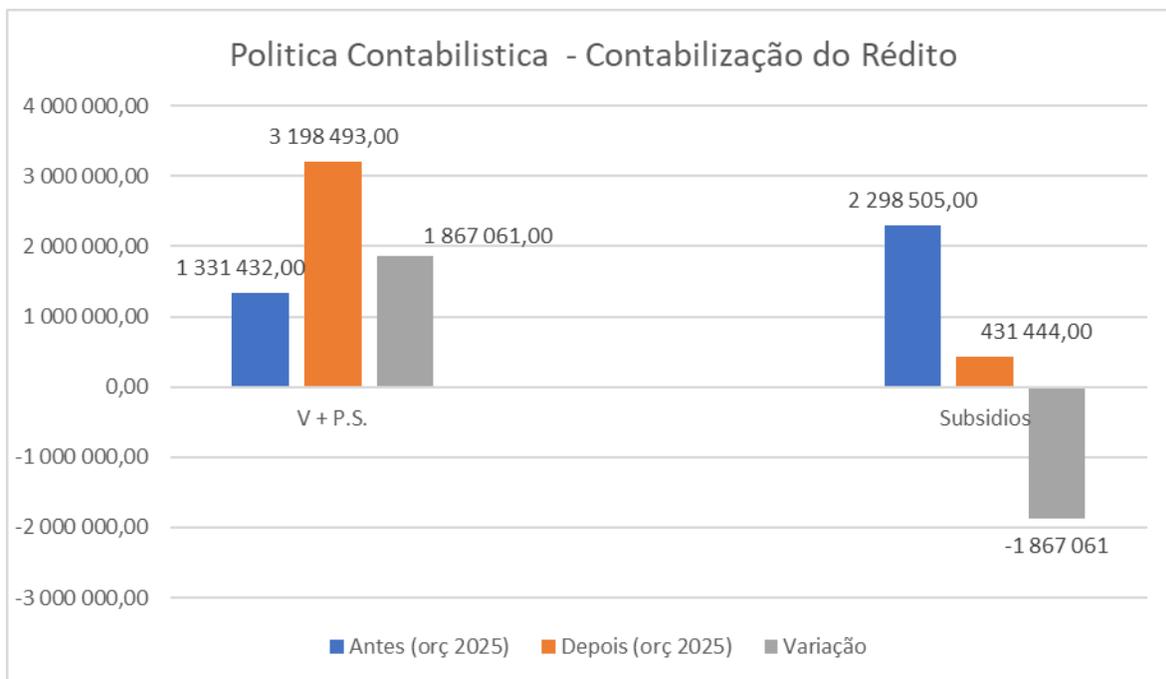
A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vagos, prevê, para o exercício de 2025, uma atividade que se traduz, em termos financeiros, numa evolução positiva de cerca de 8,18%, comparada com a situação projetada para o exercício de 2024, com um valor de prestação de serviços (entenda-se como a soma entre vendas e serviços prestados e subsídios à exploração) na ordem dos 3.629.937 €.

Comparando a projeção para 2025 com a execução do exercício de 2023, verifica-se uma evolução positiva apenas de 2,5%.

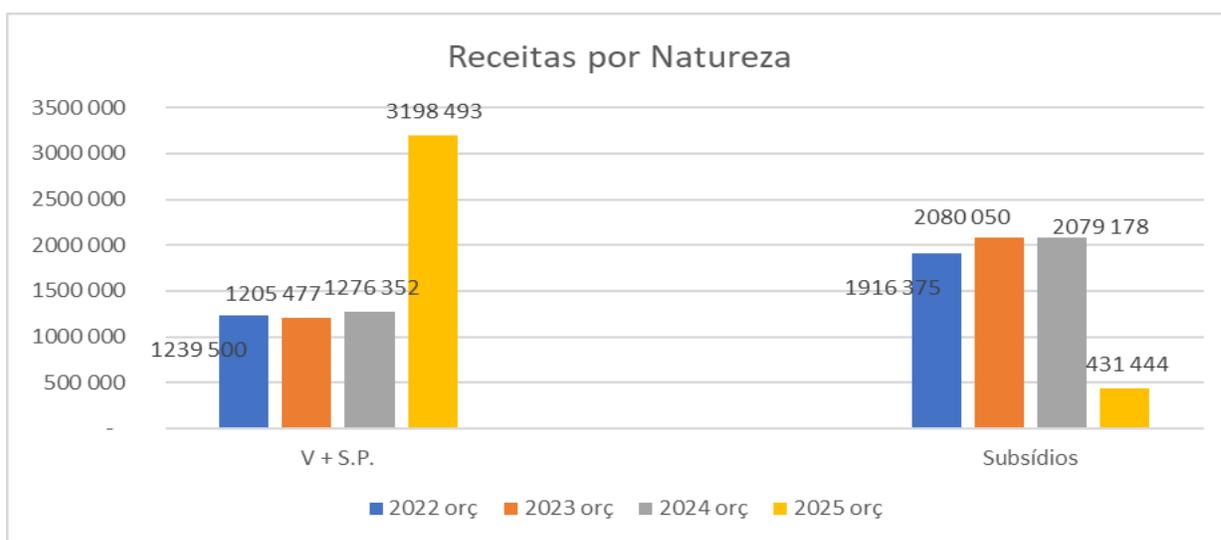


A rubrica dos proveitos, para o exercício de 2025, regista uma alteração de procedimento contabilístico, no que à contabilização dos subsídios diz respeito, conforme circular da União das Misericórdias Portuguesa. Neste sentido, *“Se o pagamento da participação mensal por parte*

do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação da frequência dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente...” então essa comparticipação deve ser contabilizada como Prestação de Serviços e não como Subsídios.



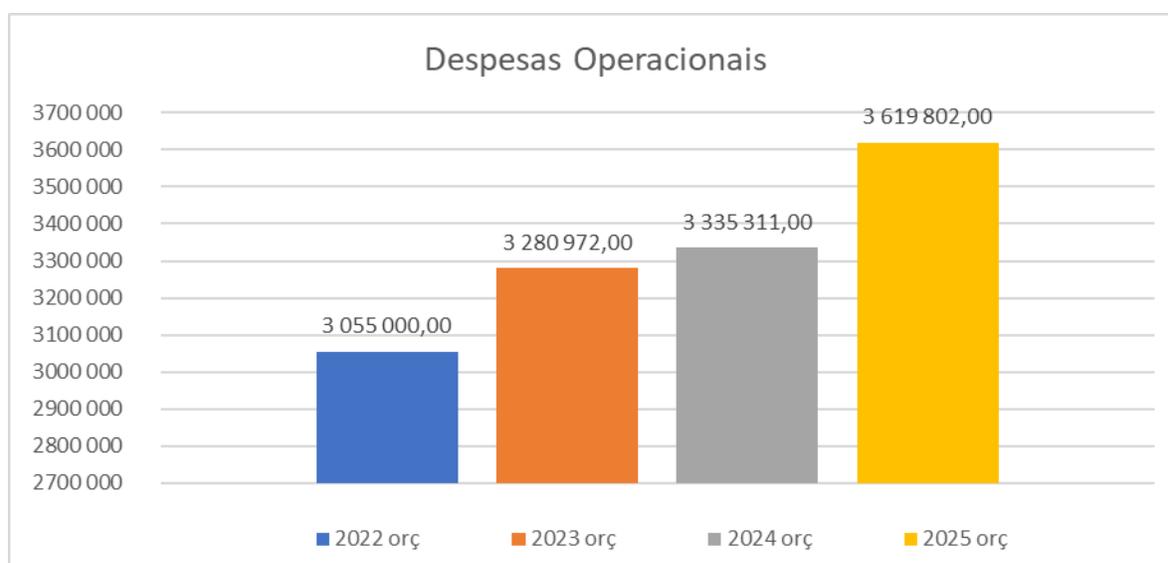
Estamos então na presença, apenas, de uma alteração de política contabilística, sendo que o total dos proveitos se mantém inalterado.



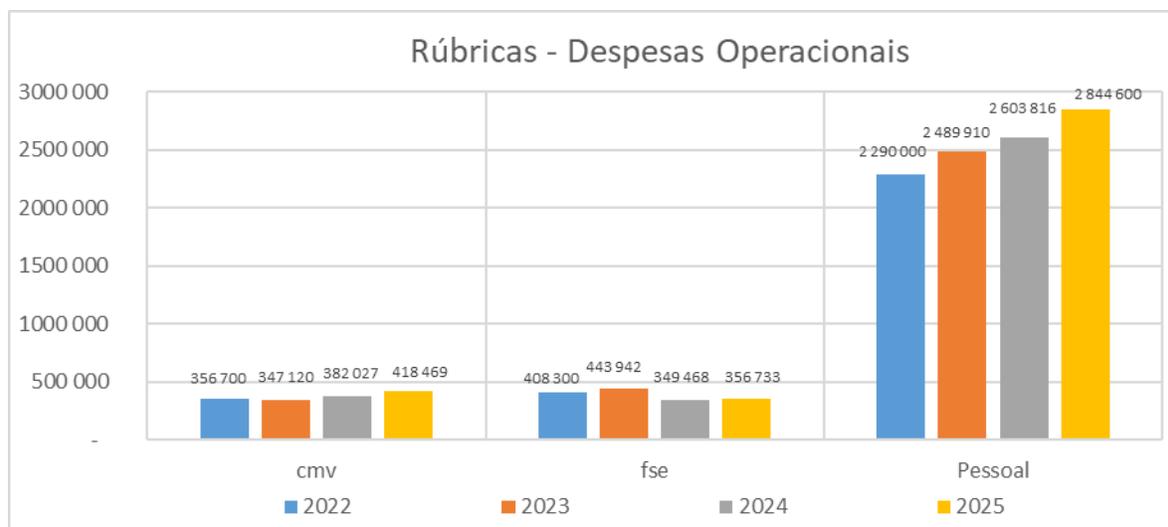
Em termos da estrutura de custos, nomeadamente os de natureza operacional, a Santa Casa prevê um aumento na ordem dos 8,53%, comparado com o valor orçamentado para o corrente exercício de 2024.

De referir ainda, e mantendo como termo de comparação o orçamento para este exercício de 2024, que Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas aumenta 9,54%, os Fornecimentos e Serviços de Terceiros aumentam 2,08% e as despesas com pessoal aumentam 9,25%, atingindo um valor global estimado de 3.619.802 €.

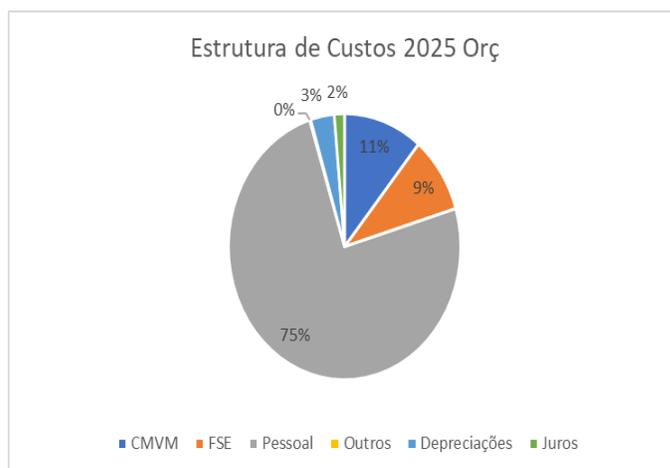
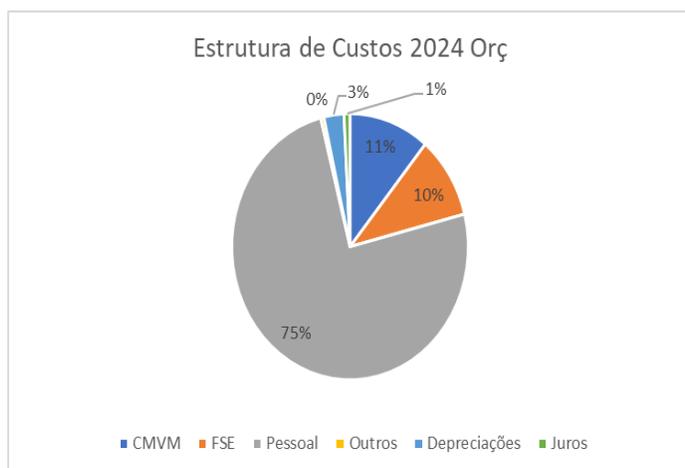
Damos nota que esta estimativa de despesas operacionais é, apenas, inferior às receitas correntes em 0,35%, ou seja, no valor de 10.135€.



Na análise por rúbricas, temos que:



Já a estrutura de custos global, apresenta a seguinte situação, em termos analíticos:



Com esta evolução das receitas e dos custos, projeta-se um Resultado líquido negativo de 128.217 €, antes de impostos, para 2025.

Por outro lado, haverá a registar 125.500 € de Depreciações, o que implica a geração de um cash-flow negativo de 2.717€.

No entanto, importa realçar que, em termos de Resultado Operacional, a SCMV estima um resultado positivo na ordem dos 51,4 mil euros, que, por si só, não cobre os custos financeiros, estimados na ordem dos 54.200€.

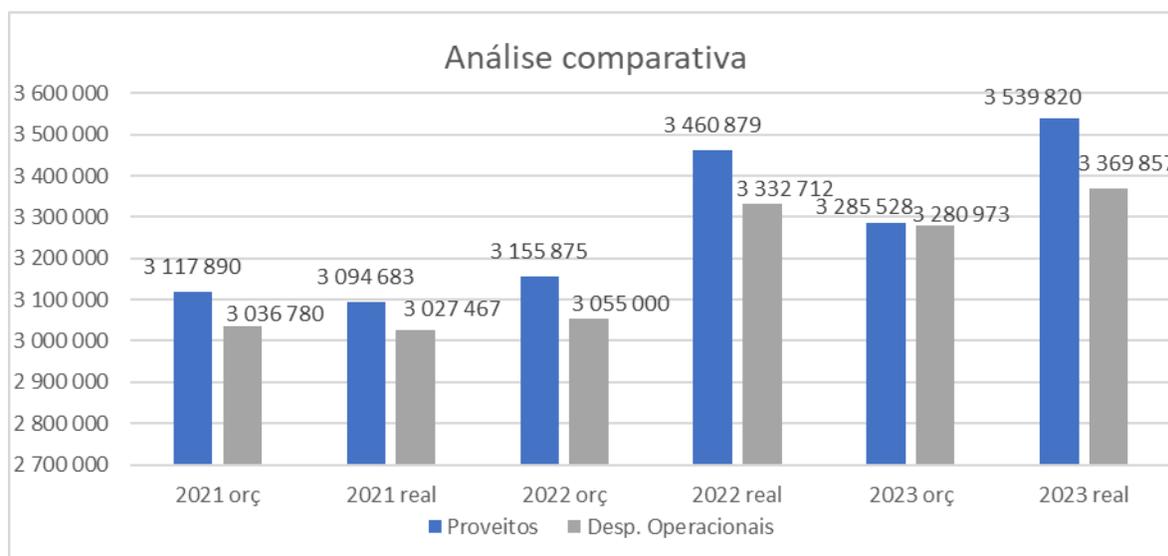
Apesar do Resultado positivo antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, a Santa Casa projeta o ano de 2025 em terreno negativo.

Será necessária alguma “engenharia financeira” para obviar a tal situação. É desejo deste Conselho Fiscal que tal não se reflita na gestão dos pagamentos a terceiros, nomeadamente a fornecedores, parceiros fundamentais na vida da Instituição.

Temos verificado, ao longo dos anos, a alienação de património para fazer face a necessidades de tesouraria e corrigir o sentido negativo das contas.

Como nota final pertinente, damos conta que as Despesas com Pessoal absorvem 78% da receita corrente.

O quadro seguinte demonstra a variação entre os orçamentos apresentados e aprovados e a sua respetiva execução:



Com exceção do ano de 2021, a variação positiva entre o orçamentado e o executado é significativa.

Ora, é sabido que, recomendam os princípios da boa gestão, o orçamento, como documento orientador da vida das instituições, impõe um teto/limite à despesa, que não deveria ser ultrapassada, facto que não se tem verificado.

Não podemos deixar de referir que este orçamento lança sinais de alerta para os anos vindouros, pelo que, talvez não seja despendendo realizar, ainda que internamente, um estudo de sustentabilidade financeira da instituição a 5/10 anos.

A apresentação do Orçamento de Investimentos e Desinvestimentos e Exploração Previsional é, como sabido, uma obrigatoriedade estatutária, sendo também estatutariamente obrigatório a emissão de Parecer do Conselho Fiscal e neste sentido, não podemos deixar de alertar esta Assembleia das nossas preocupações, que devem, apenas e só, ser entendidas enquanto tal, na

certeza de que a Santa Casa da Misericórdia de Vagos continuará na senda da sua Missão, Visão e Valores.

4.2 – Orçamento de Investimentos e Desinvestimentos

A proposta de orçamento prevê um investimento de 203.000€, distribuídos por diversas rubricas, nomeadamente por equipamento administrativo, eficiência energética e aplicação de capoto.

De referir ainda que durante o exercício de 2025, está prevista a amortização de empréstimos a médio e longo prazo no montante de 132.300€.

Parecer

Face ao exposto, porque concluímos que as contas apresentadas pela Mesa Administrativa correspondem à situação financeira e patrimonial da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vagos e são adequadas à prossecução da atividade prevista para o próximo exercício, somos de parecer que:

- i) Orçamento de investimentos e desinvestimentos e Exploração Previsional para 2025 estão em condições de ser aprovados pela Assembleia Geral;

Vagos, 26 de novembro de 2024

O Presidente João Mário Sarabando Rocha Fernandes _____

O Vice-Presidente Carlos Guilherme Freire Pereira _____

O Secretário João da Silva Santiago _____